

Abuso sexual na terceira infância: a importância do atendimento psicossocial

Mariana Bernardes da Costa Ferreira¹

Orientador (a): Prof^a. Me. Tatiana Valéria Emídio Moreira²

Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica

Nota dos autores

1. Mariana Bernardes da Costa Ferreira, graduanda no Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica;
2. Tatiana Valéria Emídio Moreira Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – Goiás), docente do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica.

Resumo

São variadas as formas que a criança pode sofrer violência, desde negligência até violências físicas ou psicológicas. Como sendo uma forma de violência, o presente trabalho se trata do abuso sexual que é considerado um problema mundial que atinge crianças de várias idades. Este artigo tem como objetivo descrever as consequências que o abuso sexual pode gerar, analisar como o serviço socioassistencial deve ser prestado e verificar a importância do atendimento psicossocial em casos de abuso. Através de dados documentais e bibliográficos foi possível realizar a construção deste trabalho e poder compreender que vários fatores influenciam no aparecimento dos efeitos do abuso sexual, mas que em todos os casos o trabalho psicossocial é um fator muito importante para o cuidado das vítimas. A Assistência Social oferece diversos serviços de muita relevância para o acompanhamento de indivíduos em variadas situações de violência ou de extrema vulnerabilidade, sendo o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) a principal unidade responsável pelo acolhimento e atendimento às vítimas de abuso sexual.

Palavras-Chave: abuso sexual; atendimento psicossocial; CREAS.

A importância do atendimento psicossocial

O desenvolvimento humano, além de ser um processo que se continua até o fim da vida, trata-se também de uma área de estudo em que os cientistas observam características dos indivíduos desde a concepção até a maturidade, e apesar de existirem estudos separados sobre o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial, esses aspectos estão relacionados entre si. Considerando que o ser humano é um ser social, existem variados contextos que podem influenciar no processo de desenvolvimento e que constituem o indivíduo como um ser único (Papalia, 2013).

Durante a primeira infância (do nascimento aos 3 anos), o crescimento físico é acelerado e criam-se vínculos afetivos. Já na segunda infância (3 a 6 anos), acontece a melhora na memória e na linguagem, o crescimento é constante e ocorre o aumento da independência e do autocontrole. Na terceira infância (6 a 11 anos), os colegas passam a assumir importância fundamental na vida social e algumas crianças demonstram necessidades educacionais e talentos especiais (Papalia, 2013). Em todas essas fases, o desenvolvimento da criança é influenciado pelo contexto familiar, econômico e social, podendo afetar o crescimento do indivíduo, tanto de maneira positiva, quanto de maneira negativa.

Sabe-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura o direito de proteção integral e desenvolvimento adequado a criança, além de zelar pela dignidade e garantir que a integridade física, psíquica e moral não seja violada. Mas apesar da lei existir, a violência contra a criança ainda é recorrente e mesmo que situações de vulnerabilidade deixam as crianças mais expostas, vítimas de várias classes sociais, econômicas, de diferentes raças e de ambos os sexos são atingidas, se tornando assim, um problema mundial.

Entende-se por violência, toda forma de usar a força, de maneira intencional, contra si ou contra outra pessoa que possa gerar algum tipo de dano, tanto físico quanto psíquico (OMS, 2002). Dentre os tipos de violência estão os maus-tratos, a negligência, a violência física, psicológica e sexual. Apesar de cada tipo de violência ter características singulares, elas não se anulam. A violência sexual, por exemplo, pode também incluir a violência física e psicológica. Essa forma de violência, em específico, trata de ações de caráter sexual que desrespeitam o indivíduo.

O abuso sexual, como sendo uma das formas de violência sexual, consiste na interação de uma criança com um indivíduo em um grau maior de desenvolvimento, em que se tem ações de cunho libidinoso, podendo incluir toques, carícias, sexo oral, penetração ou também situações sem o contato físico como, assédio, exposição a imagens ou vídeos pornográficos e exibicionismo. Tais interações sexuais podem ser colocadas à criança através de alguma força física, ameaça, coerção ou indução da sua vontade.

A importância do atendimento psicossocial

Tratando-se do contexto em que esse abuso ocorre, podemos defini-lo em intrafamiliar ou extrafamiliar. Intrafamiliar se trata da violência ocorrida no meio familiar, em que o suposto autor é alguém que desempenha papel importante na vida da criança. Já o extrafamiliar é aquele que ocorre fora do contexto familiar, onde o agressor é um estranho e não possui vínculo afetivo com a vítima.

Durante a terceira infância (06 a 11 anos), o desenvolvimento psicossocial engloba aspectos como a identidade, autoestima, autoconceito e resiliência, permitindo que a criança possa desenvolver conceitos mais complexos e controle emocional (Papalia, 2013). A vivência de um abuso sexual, sendo considerado um episódio traumático, pode interferir no desenvolvimento da criança e gerar alterações tanto no comportamento, quanto na área cognitiva e emocional, prejudicando o processo de crescimento psicológico, afetivo e social da vítima, podendo aparecer a curto ou a longo prazo.

O ECA (Brasil, 1990) considera que a criança é um ser de direitos que necessita de cuidados e atendimentos especiais e garante uma proteção e um desenvolvimento adequado para os mesmos. Neste sentido, a violência contra a criança é tida como uma violação dos direitos humanos visto que despreza todos os direitos e garantidas previstos pelo estatuto. É importante saber como se deve agir perante essa violação e nesse ponto, o trabalho em rede ganha evidência.

As redes de atenção têm seu trabalho formado por variadas parcerias envolvendo o poder público e a sociedade nos diversos campos de atuação, contendo ações interdisciplinares e compartilhadas. Em casos de crianças vítimas de violência, o atendimento requer integrações em várias frentes de atuação, como Conselhos Tutelares, Juizados e Delegacias Especiais, Centros de Referências e outros setores de atendimentos especializados.

O presente trabalho foi redigido a partir de um levantamento de materiais através de uma busca com descritivos referentes ao tema como: abuso sexual, infância e atendimento psicossocial. A maioria dos artigos foram encontrados no Scientific Electronic Library Online (SciELO). Além disso, outros materiais como livros e cartilhas foram usados como complemento na pesquisa. Como critério de seleção, foi estabelecido a utilização de instrumentos que abordassem questões relacionadas ao abuso sexual e referentes a prestação de serviço a essas vítimas. Estudos que se referiam ao atendimento realizado no âmbito da saúde (CAPS), foram excluídos visto que a pesquisa tem como objetivo o atendimento social (CREAS). A metodologia se deu através de etapas de leitura, fichamentos e interpretação dos materiais.

A importância do atendimento psicossocial

A partir do material estudado foi possível entender aspectos relacionados ao abuso sexual, como contexto em que ele pode ocorrer e possíveis consequências que a violência pode gerar. Os autores afirmam que os efeitos do abuso sexual podem ser variados levando em consideração diversos aspectos. Alguns sintomas físicos que podem surgir são: lesões, hematomas, coceira, inflamação e infecção nas áreas genital e anal, doenças sexualmente transmissíveis, doenças psicossomáticas, gravidez e outros. As alterações comportamentais podem incluir agressividade, isolamento social, mudanças no padrão de sono e alimentação, comportamento hiper sexualizado e/ou autodestrutivo, etc. Já as alterações cognitivas referem-se a aspectos de baixa concentração e baixo rendimento escolar. E as alterações emocionais incluem sentimentos de vergonha, culpa e ansiedade.

Além disso, o abuso sexual pode ser um fator importante no desenvolvimento de doenças psíquicas, sendo que o abuso cometido por diversos agressores pode gerar um maior sofrimento psíquico. Crianças podem desenvolver quadros de depressão, transtorno de ansiedade, hiperatividade, déficit de atenção e transtorno do estresse pós-traumático (TEPT).

Apesar da ampla variedade de consequências que um abuso sexual pode gerar, existem diversos aspectos que influenciam no surgimento desses efeitos. Fatores relacionados a violência como duração, grau, relação da vítima com o agressor, presença de outras violências e afins; fatores externos relacionados a rede de apoio, relação familiar, posicionamento da família diante à revelação do abuso; e fatores específicos relacionados à própria criança como a capacidade de resiliência e características pessoais. O conjunto desses fatores podem influenciar o surgimento das consequências, podendo aumentar ou amenizar tais impactos referente a violência.

Tratando-se das possíveis consequências que o abuso sexual pode gerar e dos variados aspectos que influenciam no desenvolvimento desses efeitos, existem vítimas que não apresentam nenhum sintoma negativo decorrente da violência sofrida. Isso se dá por conta da presença dos fatores de proteção, em que se pode ter o enfrentamento positivo diante do abuso. A relação da criança com um cuidador não abusador e expressões de sentimentos positivos por parte da família são importantes para que a criança possa manter um funcionamento adaptativo, apesar do momento vivido, além de contribuir para autoestima e auxiliar no processo de resiliência da vítima. O modo como a criança reage diante de uma situação traumática pode depender também da sua capacidade de regular os efeitos dessa situação (Silva, 2000). Crianças com maior capacidade de resiliência vivem bem apesar dos desafios e se recuperam de eventos traumáticos (Papalia, 2013).

A importância do atendimento psicossocial

Portanto, o atendimento psicossocial procura incentivar a elaboração de solução de problemas que façam sentido para a história de vida do indivíduo, além de ser um suporte muito necessário na caminhada do sujeito. Trabalhar o sentimento de culpa da criança que sofreu abuso sexual é muito importante para que ela possa entender a responsabilidade de quem praticou a violência e ajudar a amenizar sentimento de vergonha na vítima. É importante ressaltar que, em casos de violação de direitos, esse tipo de atendimento não atua com caráter investigativo, mas sim voltado para o acolhimento e apoio.

A Proteção Social Especial (PSE), é uma das proteções sociais garantidas pela Assistência Social que tem como objetivo auxiliar famílias e indivíduos no enfrentamento das situações de risco pessoal e social por violação de direitos. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma das unidades que atua dentro da PSE, sendo um importante equipamento ofertado dentro das políticas públicas para o atendimento de crianças que foram abusadas sexualmente ou vítimas de outras violências. Com o objetivo de fortalecer vínculos, restaurar e preservar a integridade dos usuários, romper com os padrões violadores e prevenir a reincidência da violência, o CREAS possui um papel muito relevante no acompanhamento das crianças vítimas de abuso sexual e de suas famílias para apoio social, busca por superação e ajuda na construção de novas perspectivas de vida.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI), ofertado pela Assistência Social e articulado em rede, é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento de famílias que possuam algum membro em situação de violação de direito. O atendimento se baseia no respeito as potencialidades, valores, crenças e identidade das famílias (Brasil, 2014). O PAEFI está presente nos Centros de Referência Especializados e visa contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função de proteção, para a reparação de danos e da incidência da violência e também para restaurar e preservar a integridade dos usuários.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), o PAEFI oferece como trabalho social essencial a acolhida, a escuta, o atendimento psicossocial, entre outros. A acolhida e a escuta são muito importantes no trabalho prestado a vítima e sua família, com o objetivo de construir vínculo e possibilitando o primeiro contato, inclusive para que a continuidade desse trabalho possa acontecer de uma maneira positiva. No processo de acolhida e escuta pode-se identificar as demandas e necessidades dos usuários e consiste no processo de ofertar informações referentes ao serviço. Neste sentido, essa prestação de serviço especializado é fundamental, tendo como principal papel o enfrentamento da violação de direitos. Com o objetivo de orientar, informar e defender os

A importância do atendimento psicossocial

direitos e apoiar as famílias, o serviço busca contribuir para melhorar a qualidade de vida das vítimas.

A família possui um papel de muita importância no desenvolvimento da criança e, apesar de não ser o único responsável pela execução dos direitos das mesmas, o trabalho centralizado na família é muito significativo na prestação do serviço socioassistencial, buscando atender a família como um todo, trabalhando o resgate e o fortalecimento dos vínculos, fortalecendo a função protetiva das famílias e não se restringindo apenas a vítima do abuso sexual.

Visto que o público atendido no CREAS se encontra em uma grave vulnerabilidade social, sabe-se que a prestação do serviço realizado junto às crianças que sofreram abuso sexual e suas famílias é de uma demanda complexa e os autores concordam que, apesar de não ser uma tarefa fácil, é de extrema importância o trabalho interdisciplinar, voltado para a garantia dos direitos e a redução dos danos sofridos.

Considerações Finais

Após a implantação do ECA (Brasil, 1990), a violência contra a criança passou a ter mais evidência e de acordo com o estatuto, a execução dos direitos da criança não é de competência apenas da família ou da sociedade, mas também do poder público, assegurando proteção em qualquer circunstância, zelo pela dignidade, salvando-a de qualquer tratamento desumano, violento ou constrangedor.

Diante do que fora exposto, foi possível conhecer como o serviço socioassistencial deve ser prestado às crianças vítimas de abuso sexual, sendo este um serviço especializado e ofertado por meio das políticas públicas com intuito de servir como apoio e acompanhar não apenas o indivíduo que sofreu a violência, mas também a família. Além disso, o serviço atua com ações articuladas em redes, apesar de ser uma tarefa complexa.

A vivência de um abuso sexual é uma condição relevante no desenvolvimento de doenças psíquicas e físicas ou alterações comportamentais e sociais, podendo aparecer a curto ou a longo prazo. Mas apesar da violência poder gerar variados efeitos, existem diversos aspectos que vão influenciar no aparecimento desses impactos. A família é importante nesse processo e o atendimento social atua pensando também nesse fator.

Apesar da escassez de estudos voltados para a importância do atendimento psicossocial em casos de abuso sexual, pode-se perceber através desse trabalho que esse atendimento, apesar de não ter tanto reconhecimento, é crucial tanto para amenizar os impactos que podem ser gerados pela violência, quanto para proteger e garantir os direitos da criança. Acolher, ouvir, orientar e apoiar são alguns dos objetivos do serviço ofertado pelo CREAS, e são ações que possuem uma grande relevância na vida dos indivíduos com seus direitos violados, fazendo com que eles se sintam mais seguros e encorajados.

Referências

- Brasil. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (reimpressão 2014). Disponível em:<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>
- Brasília (2011). Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (reimpressão 2014)
- Faraj, S. P., Siqueira & Siqueira, A. C. (2012). O atendimento e a rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do CREAS. *Barbarói*, n.37
- Florentino, B. R. B. (2014). Abuso Sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 26, n. 1.
- Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 2.
- Habigzang, L. F., Corte, F. D., Hatzenberger, R., Stroecker, F. & Koller, S. H. (2008). Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência.
- Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Macedo, E. O. S. & Conceição, M. I. G. (2017). Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de violência: o psicólogo e a rede de atenção.
- Papalia, D. E. & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento Humano* (12ª ed.)
- Silva, D. G., Gava, L. L. & Dell’Aglío, D. D. (2013). Sintomas e quadros psicopatológicos em supostas vítimas de abuso sexual: uma visão a partir da psicologia positiva. *Aletheia*, n.14